

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO) – Comunicação de**

Líder: Boa tarde, Presidente Mônica, saudar os colegas vereadores e o público que nos assiste; antes de adentrar no assunto, acho que cabe também fazer uma reflexão apenas breve sobre o dia de ontem. Acho que o dia foi triste para nós, como parlamentares, e aqui para a Câmara Municipal, mas aí falo também em meu nome e do Novo, que a gente espera que todo o ocorrido seja esclarecido, que a polícia atue com base e à luz da lei, que o processo decorra da melhor forma possível.

Mas entrando agora na questão do assunto que eu quero trazer nesta fala de liderança, quero comentar, brevemente, a revitalização das praças e parques. Nós temos visto o governo municipal encaminhando quase 600 praças, Ver. Mauro. O que é muito interessante observar, é nomeado pela Prefeitura como o maior projeto de revitalização da história de Porto Alegre. É salutar isso, então, eu quero primeiro, parabenizar a iniciativa da Prefeitura em contratar parceiros privados que permitiram que, por exemplo, em 20 dias nós tivéssemos a revitalização e conclusão da Praça da Alfândega. O que mostra, por um lado, que as parcerias e contratos com a iniciativa privada, especialmente aquelas que são bem-feitas, elas trazem benefícios públicos, sim. Mas, ao mesmo tempo, eu queria fazer uma breve reflexão sobre esse contrato de revitalização das nossas praças e parques. São em torno de R\$ 25 milhões, o que representa em torno de 0,3% do orçamento. Muito pouco, perto do nosso orçamento. E aí o muito pouco é uma avaliação de valor que eu faço, sobre como nós utilizamos mal o orçamento público de Porto Alegre, como nós ainda dedicamos fatias muito singelas daquilo que o pagador de impostos deposita no caixa da Prefeitura, para que retorne em benefícios para a população, os 0,3% do orçamento é uma parcela ínfima, ainda assim, o maior investimento da história em revitalização de parques e praças, para ver como nós temos ainda oportunidade de mudar essa lógica de uso do recurso público para aumentar o benefício que o pagador de impostos possa ter com a gestão pública e a aplicação desses impostos cobrados. Então, se, por um lado, é muito bom e muito salutar que a gente recorra à iniciativa privada para, sem as amarras do poder público, poder executar de maneira rápida, em 20 dias, uma transformação de uma praça como a nossa Praça da Alfândega, por outro lado, fica muito claro como nos fizeram falta, por exemplo, os R\$ 300 milhões de déficit acumulado da

Carris, como nos fazem falta outros tantos milhões de reais em desperdícios que nós temos na administração pública municipal nos últimos anos, nos mais diversos governos. Fazem muita falta! Quando a gente tem uma praça entregue, revitalizada, como a Praça da Alfândega, com uma parcela apenas desses R\$ 25 milhões, fica ainda mais claro que a gente poderia ter ainda mais benefício público decorrente da aplicação dos nossos recursos.

Quero aproveitar, então, já que estou fazendo esta reflexão sobre o uso do recurso público, para falar sobre um projeto, de minha autoria, protocolado aqui na Câmara, de transparência e melhor controle do ITBI. O ITBI é um dos nossos tributos municipais, e talvez ainda tenham muitas dúvidas sobre a sua aplicação, sobre a sua cobrança. Muito eu respondo a questionamentos de cidadãos sobre o seu cálculo, se está correto, se não está correto, como é que se recorre, e, especialmente, no caso de achar incorreto, quanto custa ao cidadão fazer o recálculo disso ou fazer a prova de que está incorreto para a Prefeitura fazer a cobrança devida, a cobrança justa. Nesse sentido, hoje, o cidadão está em uma posição de fraqueza perante a Prefeitura. Ele precisa não só provar que foi injustamente cobrado como precisa pagar de antemão para comprovar isso com o laudo técnico. A gente quer, através do projeto de transparência do ITBI, dar mais poder para o cidadão e mais transparência para a população sobre essa cobrança, facilitar a vida de quem acha que está sendo injustamente cobrado para que possa ser justamente cobrado, para que possa ter maior lisura, portanto, no processo – lisura não no sentido de corrupção ou de má-fé, mas de que sejam auferidos, de fato, aqueles valores que são devidos. Nos últimos três anos, 63 mil guias de ITBI foram lançadas. A gente verificou, através de um pedido de informações, que aproximadamente 90% dessas 63 mil guias – 9 em cada 10, portanto – tinham valores discrepantes entre escritura e valorização dada pela Prefeitura. Em uma em cada quatro, o valor ultrapassava 100% o valor do imóvel, o que chama muito a atenção. É essa discrepância que nós precisamos esclarecer, e eu acho que o projeto de transparência do ITBI que eu protocolei conseguirá ajudar a resolver, a trazer mais transparência para o cidadão, Ver. Pablo, a trazer mais justiça, também, na cobrança dos tributos municipais e, principalmente, fazer com que seja facilitada a vida do Município e também do cidadão nesta relação... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...entre cobrança dos nossos impostos e pagamento dos mesmos.

Acredito que, inclusive, ajudaria a reduzir muito a nossa inadimplência caso este processo fosse um processo melhor organizado, mais transparente e com esses pesos e contrapesos mais ajustados, porque hoje, da maneira que está, está muito oneroso para o cidadão recorrer e levar adiante uma reclamação. Ele acaba pagando o imposto ainda que a mais para não se incomodar e ter que questionar esse valor. Muito obrigado.

(Texto sem revisão final.)